MULHERES
na redemocratização

VAI
TAPAR
A BÔCA
DA MMM...

Arquivo Histórico Câmara

Mulheres na Redemocratização convida a um mergulho na história recente do Brasil, revelando o protagonismo feminino em um período de profundas transformações sociais e políticas. Sob a repressão da ditadura, mulheres de diferentes origens resistiram e organizaram movimentos, defendendo direitos humanos rumo à democracia. Essa trajetória coletiva de coragem, solidariedade e esperança é apresentada nesta exposição, celebrando a conquista de direitos, fruto da persistência de mulheres, muitas delas anônimas, mas igualmente importantes.

Movimentos em destaque

A mobilização pelo fim das perseguições políticas uniu diferentes gerações de mulheres em uma luta coletiva. Movimentos femininos organizaram abaixo-assinados, atos públicos e campanhas que resultaram na Lei da Anistia de 1979. Destaca-se a mobilização de mais de 1,3 milhão de assinaturas pelo congelamento de preços e aumento salarial, um marco da participação popular contra a política econômica da ditadura. Essas ações pavimentaram o caminho para a transição democrática e consolidaram a presença feminina na esfera pública.

Movimento Feminista
Década de 1960

A revolução dos costumes abriu caminho para o feminismo tornar-se um movimento de maior força e combatividade. As mulheres passaram a organizar-se para questionar mais profundamente sua posição na sociedade, criando as bases do diálogo com o Estado democrático.

União Brasileira das Mães
Rio de Janeiro - 1968

O movimento surgiu da união de mães em defesa de seus filhos, estudantes perseguidos pela ditadura. Foi o marco inicial da mobilização feminina contra a violênciade Estado.

FILHO DA MÃE

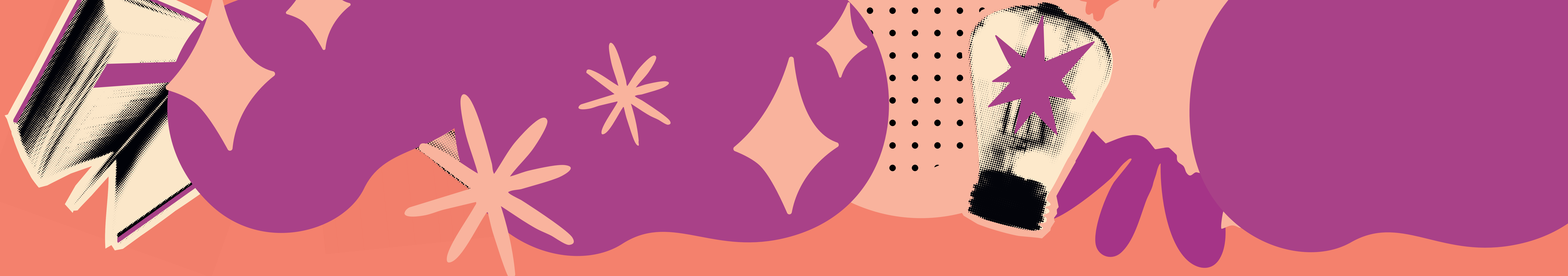
Movimento Contra o Custo de Vida
São Paulo - 1973

Teve origem nas organizações comunitárias de mulheres da periferia, conhecidas como Clubes de Mães. Mobilizou mais de 1,3 milhão de assinaturas em um abaixo-assinado contra o aumento de preços de produtos básicos e a favor da ampliação de serviços públicos essenciais.

Movimento Feminino pela Anistia
1975

Fundado por Therezinha Zerbini, tornou-se referência nacional na defesa da libertação de presos políticos e retorno dos exilados do período da Ditadura Militar.

Vozes da Resistência



Mesmo sob repressão e censura, muitas mulheres transformaram a dor em ação política. Elas se organizaram em diferentes frentes, denunciaram violações de direitos humanos e exigiram liberdade. As histórias de coragem e persistência de algumas dessas mulheres mantiveram viva a luta pela democracia.

Aloma Divina

Artista transformista trans, presente nos palcos dos teatros cariocas durante a década de 1960. Era dançarina na Boate Canecão e foi demitida, durante a ditadura, por ser travesti. Na boate paulista Medieval, espaço de resistência LGBTQIA+, fez o espetáculo Black Is Beautiful, apenas com artistas negros.

Ana Maria do Carmo

Militante dos direitos dos trabalhadores, atuou nas Comunidades Eclesiais de Base e nos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Lutou contra o apagamento do assassinato de seu marido, Santo Dias, durante a ditadura e transformou sua dor em ativismo.

Benedita da Silva

Lider comunitária e feminista, foi deputada constituinte. Primeira senadora negra, eleita titular, no Brasil. Foi governadora do Rio de Janeiro e atualmente é deputada federal, com muitas de suas pautas voltadas às populações negras, indígenas e minorias.

Comba Marques

Advogada, juíza aposentada e feminista, presa no Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, em 1968. Foi deputada constituinte, participando da chamada “Bancada do Batom” e da elaboração da Carta das Mulheres na Constituinte de 1988.

Diva Moreira

Jornalista e cientista política, atuou no feminismo, movimento negro e reforma sanitária. Fundou a Casa Dandara, um marco na luta contra o feminicídio e pela cidadania, e foi uma das pioneiras na defesa de políticas públicas de igualdade racial.

Edna Roland

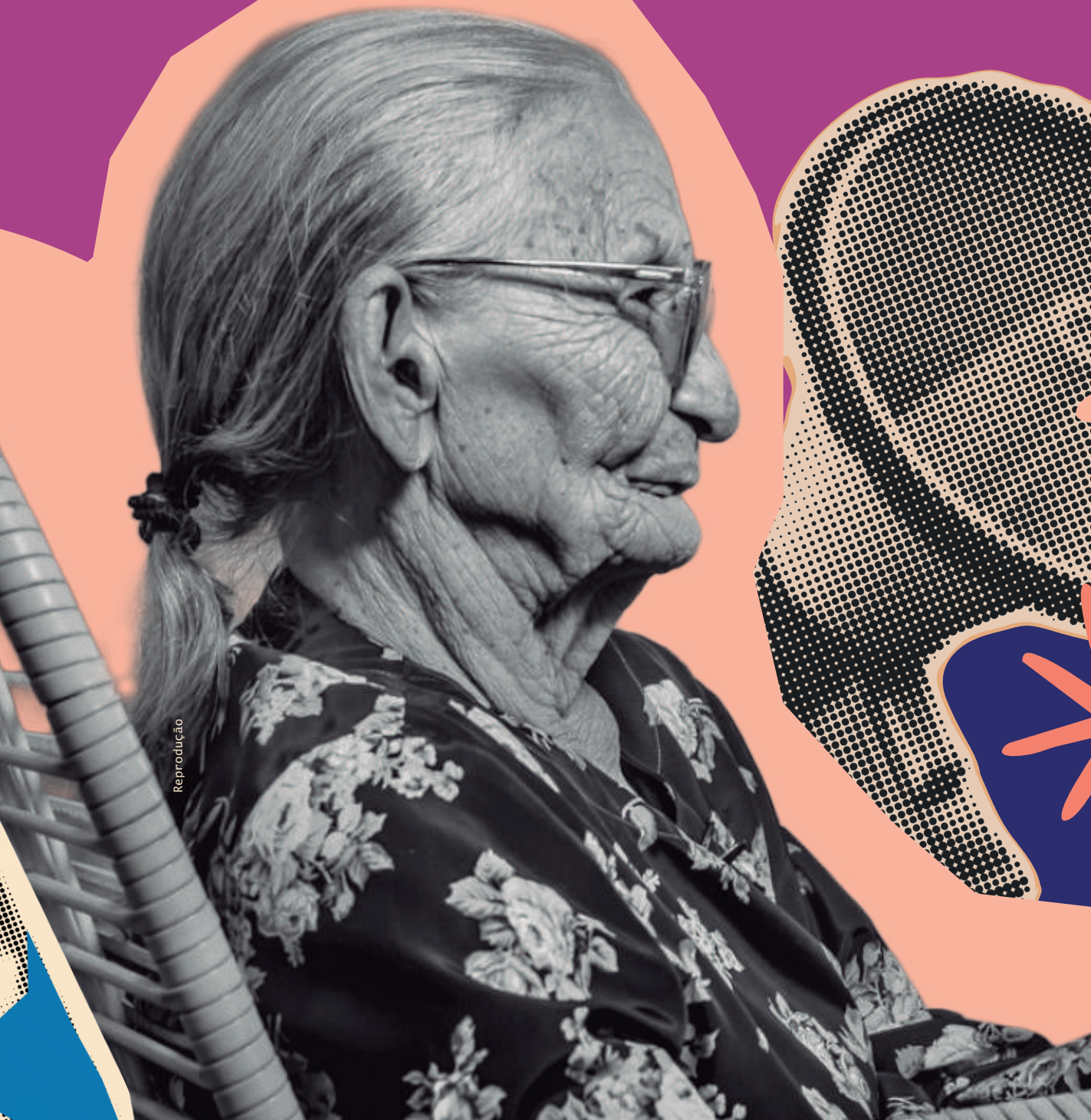
Psicóloga e militante do movimento negro e de mulheres negras, participou de organizações clandestinas de esquerda e de ações políticas nas periferias de São Paulo. Uma das fundadoras do Geledés, organização política de mulheres negras que tem por missão lutar contra o racismo e o sexismo.

Eleonora Menicucci

Militante de esquerda, presa, em 1971, com a filha de um ano e dez meses. Durante o período em que ficou presa, foi submetida a torturas físicas e psicológicas. Tornou-se professora universitária e foi ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (2012-2015).

Elizabeth Teixeira

Líder das Ligas Camponesas, assumiu a luta pela terra após o assassinato do marido, João Pedro Teixeira. Viveu na clandestinidade e tornou-se símbolo da resistência camponesa.



Eny Raimundo

Advogada e militante pela anistia, atuou na defesa de presos políticos e foi presa duas vezes. Documentou crimes da ditadura e contribuiu para o projeto do livro Brasil: Nunca Mais, atuando posteriormente na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Eunice Paiva

Advogada e viúva do deputado Rubens Paiva, desaparecido político. Eunice foi presa e tornou-se símbolo da luta por memória e verdade das pessoas desaparecidas, além de atuar em defesa de povos indígenas.

Guiomar Silva

Militante política desde 1965, participou de grupos como o Movimento Estudantil, a Dissidência Universitária de São Paulo e a Ação Libertadora Nacional. Foi presa e passou por diversas penitenciárias durante quatro anos da ditadura. Recebeu anistia política em 2008.

RUAS DA
VERGONHA
QUEM MATOU OU TORTUROU

Helena Greco

Fundadora do Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais e do Comitê Brasileiro pela Anistia - MG. Foi a primeira vereadora do PT em Belo Horizonte e tornou-se referência em direitos humanos.

Inês Etienne

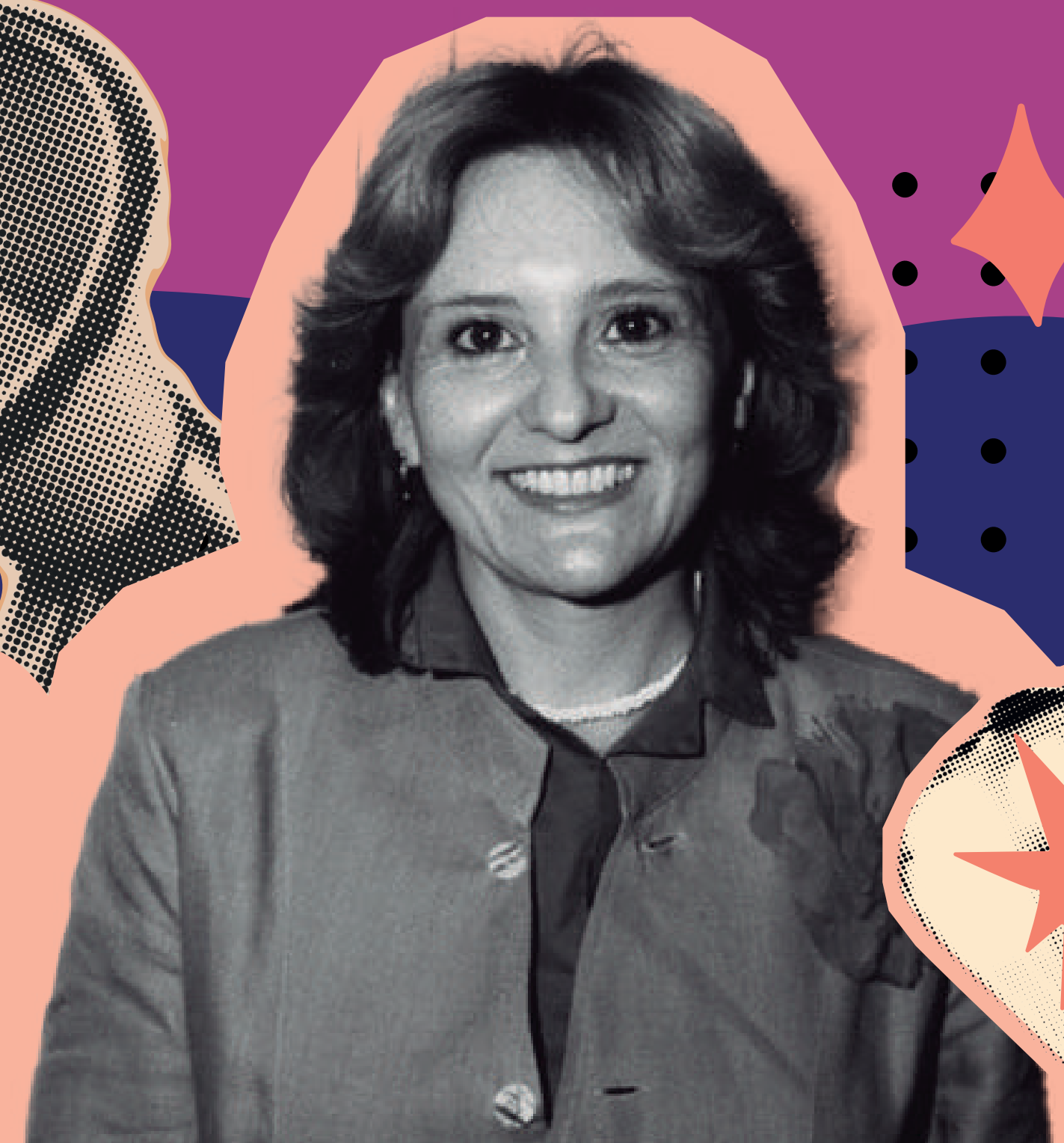
Militante e dirigente das organizações clandestinas: Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares e Política Operária. Foi a única sobrevivente da “Casa da Morte” em Petrópolis, um centro clandestino de tortura. Seu testemunho revelou crimes de tortura da ditadura.

Jaci dos Santos

Intelectual, feminista e militante negra, utilizou o teatro como manifestação política. Membro do PCB, foi presa e se exilou na África, onde também atuou em movimentos de libertação. Retornou ao Brasil para atuar em políticas culturais para negros.

Jaqueline Pitanguy

Socióloga, presidiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher durante a Constituinte de 1988, garantindo direitos das mulheres. Fundadora e atuante da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação - Cepia, que atua em defesa dos direitos humanos e de gênero.



Lélia Gonzalez

Intelectual e feminista negra, fundadora do Movimento Negro Unificado, marco fundamental na reorganização das lutas negras no Brasil durante a abertura política. Lélia foi teórica do feminismo negro, articulando cultura, política e identidade afro-brasileira.

Leslie Denise

Participou do movimento estudantil de São Paulo e da Ação Libertadora Nacional, dedicando-se especialmente à organização do movimento estudantil. Presa em 1970, ficando detida por quase três anos. Em 2014 foi convidada a integrar a Comissão da Verdade da PUC - SP.

Lúcia Maria Salvia

Participou de reuniões da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, e aderiu ao Partido Operário Comunista, atuando na produção de jornais clandestinos. Foi presa junto com seu marido em casa e permaneceu três meses na prisão.

Lúcia Murat

Jornalista e cineasta, ex-presa política. Participou da luta armada do Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Transformou sua experiência de repressão em obras audiovisuais, registrando e denunciando a memória da resistência à ditadura.

Luiza Erundina

Assistente social e militante política durante a ditadura. Foi a primeira prefeita mulher de São Paulo (1989-1992), com pautas voltadas para políticas sociais e feministas. Atualmente exerce o mandato de deputada federal.

Magda Neves

Uma das fundadoras do Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais. Enquanto fazia seu mestrado em ciência política na UFMG foi presa, em 1971, e expulsa do mestrado. Mudou-se para a França, onde ficou durante dois anos, devido à perseguição que sofria pela ditadura.

Mara Régia

Radialista e jornalista, seu programa Viva Maria foi fundamental para dar voz às mulheres durante a ditadura. Defendia a reconstrução democrática e os direitos femininos e humanos por meio de denúncias e mobilização coletiva.

Márcia Bassetto

Participou do Movimento Estudantil da USP e da Liga Operária, dedicando-se ao trabalho de conscientização política. Presa durante a preparação de uma ação panfletária em São Bernardo do Campo - SP, ficou quatro meses sob detenção. Foi pesquisadora da Comissão da Verdade da USP.

Marcinha do Corintho

Artista transformista trans desde os 16 anos, performou em São Paulo e na Europa na adolescência. Na década de 1980, durante a ditadura, sofreu perseguição por ser travesti, além de grande estigmatização principalmente da polícia.

Reprodução
Estadão - César Diniz-Jovem Pan
Ricardo Barbosa
Arquivo EBC
Memorial da Resistência
Reprodução

Margarida Maria Lopes

Militante da organização de esquerda Ala Vermelha desde os 18 anos. Presa em 1969, foi interrogada e torturada durante seis meses. Exilou-se na França, onde trabalhou, estudou e teve contato com outros exilados, por meio do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Maria Amélia Teles

Militante do PCB e do PCdoB, foi presa pela ditadura duas vezes. Após a soltura, deu continuidade à militância política, em defesa do movimento feminista e da procura pelos mortos e desaparecidos políticos. Integrou o “Lobby do Batom” e comissões pela busca da verdade.

Maria Cristina Calixto

Uma das criadoras do Grupo de Ação Lésbico Feminista - GALF, que fomentava espaços e debates para mulheres lésbicas. Começou seu envolvimento com a militância feminista no final dos anos 1970, ao conhecer e frequentar os espaços LGBTQIA+ de São Paulo.

Marisa Fernandes

Professora e Historiadora. Presa em ato estudantil na PUC-SP, em 1977, tornou-se militante lésbica e feminista, além de referência no ativismo LGBTQIA+. Participou do SOMOS, grupo de afirmação homossexual, e criou a Facção Lésbica Feminista.

Marlene Perlingeiro

Artista e militante política, participou do PCdoB. Foi detida diversas vezes, sofrendo tortura e precisando ser internada no Hospital das Clínicas. Após sua soltura, trabalhou como ilustradora em jornais de oposição à ditadura.

Neon Cunha

Militante trans dos direitos das mulheres trans durante a ditadura militar e no processo de redemocratização do país. Vivenciou a brutalidade da polícia com a Operação Tarântula, que tinha como justificativa o combate a HIV/Aids, mas promovia perseguição a travestis.

Neusa Maria Pereira

Jornalista e militante negra, atuou no jornal Versus que denunciava regimes autoritários na América Latina. Fundou o grupo Fé Cega, Faca Amolada, que marcou a criação do Movimento Negro Unificado, em 1978. É proprietária da editora Abayoni, que veicula o jornal Escrita Feminina.

Ruth Escobar

Atriz, produtora cultural, deputada estadual e primeira presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. É reconhecida pela atuação em defesa dos direitos das mulheres e por abrir espaço a artistas censurados durante a ditadura, promovendo eventos e ações de resistência em defesa dos direitos humanos.

Sônia Sissy Kelly

Mulher trans e militante LGBTQIA+, perseguida na ditadura por causa de sua estética fora dos padrões. Descobriu ter o vírus HIV e passou a atuar no ativismo de prevenção ao HIV/Aids. Fundadora do movimento Trans Pop Rua em Belo Horizonte - MG, voltado a pessoas em situação de rua.

Thais de Azevedo

Ativista trans, sofreu agressão e perseguição durante a ditadura militar por ser uma mulher trans. Durante a década de 1980, lutou ativamente contra a epidemia de HIV/Aids e trabalhou na Casa de Apoio Brenda Lee, ajudando a comunidade trans e pessoas vivendo com o HIV.

Therezinha Zerbini

Advogada, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, em 1975. Presa em 1968, mobilizou mulheres pelo retorno dos exilados e pela liberdade dos presos políticos.

Zilah Abramo

Cientista social e professora. Fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia em São Paulo e participante do Movimento de Mulheres pela Anistia. Militou pelos direitos humanos e participou da criação do PT.

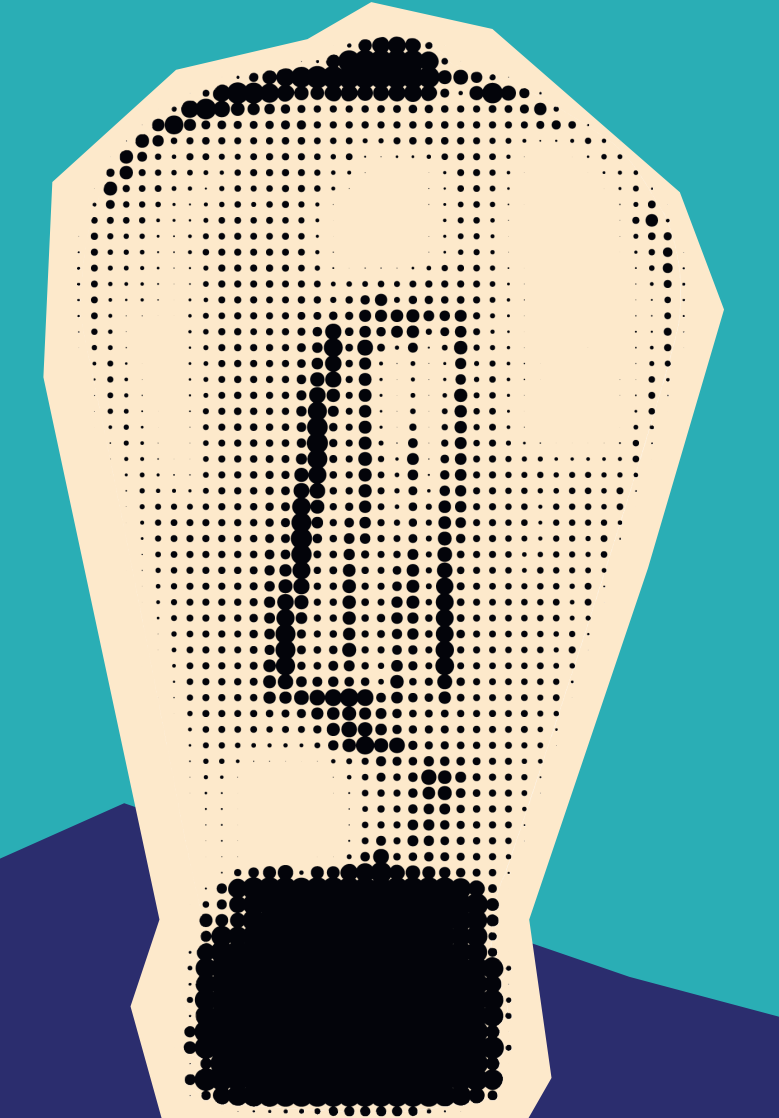
FEMINISMOS

Conquistas e Legados

A presença feminina na redemocratização e na Constituinte de 1987-1988 resultou em avanços para a sociedade brasileira. A Constituição Cidadã e as políticas que se seguiram como resultado da mobilização da "Bancada do Batom" e dos movimentos feministas possibilitaram novas formas de participação e garantia de direitos. Esse legado continua a inspirar a luta por igualdade e democracia.

Entre os principais avanços conquistados na Constituição Cidadã destacam-se:

- Benefício de Prestação Continuada - BPC
- Igualdade jurídica entre homens e mulheres
- Proibição da discriminação salarial por sexo, idade, cor ou estado civil
- Licença-maternidade de 120 dias
- Licença-paternidade
- Inclusão de trabalhadoras rurais, domésticas e servidoras públicas nas garantias previdenciárias e trabalhistas
- Direito ao planejamento familiar
- Proteção da mulher contra violência no âmbito familiar
- Estabilidade da gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto



Esses avanços repercutiram ao longo das décadas seguintes, dando origem a novas legislações e políticas públicas, como:

Ampliação da Lei do Divórcio (1988)
Marco importante na autonomia das mulheres sobre a vida conjugal, reafirmado na Constituição.

Lei de Combate ao Racismo (7.716/1989)
Criminalização do racismo, importante para mulheres negras.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990)
Fortaleceu a proteção a crianças e adolescentes.

Convenção de Belém do Pará (1994, ratificada pelo Brasil em 1995)
Primeiro tratado internacional que reconheceu a violência contra a mulher como violação de direitos humanos.

Lei de Cotas para mulheres na política (Lei 9.100/1995 e Lei 9.504/1997)
Definiu o percentual mínimo de 30% de preenchimento das vagas para mulheres.

Súmula 332 do TST (2003)
Reconheceu estabilidade provisória para gestantes em contratos temporários.

Lei Maria da Penha (2006)
Marco no combate à violência doméstica.

PEC das Domésticas (2013)
Ampliando direitos trabalhistas da categoria

Lei do Feminicídio (2015):
Incluiu o feminicídio como crime hediondo no Código Penal.

Lei Rose Leonel (Lei nº 13.718/2018)
Tipificou crimes de importunação sexual, divulgação de sexo ou nudez sem consentimento e cenas de estupro.

Lei Mariana Ferrer (Lei nº 14.245/2021)
Proibiu a prática de "violência institucional" contra vítimas de violência sexual em processos judiciais.

Lei 14.188/2021
Tipificou o crime de violência psicológica contra a mulher e instituiu o programa de cooperação "Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica".

Ministério das Mulheres
Primeiro tratado internacional que reconheceu a violência contra a mulher como violação de direitos humanos.

MULHERES
na redemocratização

A luta das mulheres pela redemocratização do Brasil não se encerrou com a Constituição de 1988: continua a inspirar novas gerações. As conquistas mostram que a democracia se fortalece com participação, igualdade e diversidade. Cada um de nós é convidado a refletir sobre o nosso papel na construção de uma sociedade justa e plural, reconhecendo que a história das mulheres é, também, a história da própria democracia brasileira.

Ficha Técnica

Comissão Diretora do Senado Federal
Presidente: Senador Davi Alcolumbre
1º Vice-Presidente: Senador Eduardo Gomes
2º Vice-Presidente: Senador Humberto Costa
1º Secretária: Senadora Daniella Ribeiro
2º Secretário: Senador Confúcio Moura
3º Secretária: Senadora Ana Paula Lobato
4º Secretário: Senador Laércio Oliveira

Suplentes de Secretário
1ª Suplente: Senador Chico Rodrigues
2ª Suplente: Senador Mecias de Jesus
3º Suplente: Senador Styvenson Valentim
4º Suplente: Senadora Soraya Thronicke

Secretário-Geral da Mesa: Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Diretora-Geral: Ilana Trombka

Curadoria
Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal
Rede Equidade
Consultoria Legislativa

Gestão Expositiva
Núcleo de Gestão Museológica: Maria Cristina Silva Monteiro

Design e Artes
Luana Regina Balbo Wernik
Maria Luiza Alves de Carvalho
Natália Simões de Ataíde

Coordenação de Produção
Carlos Henrique Guaritá

Museologia
Luana da Conceição Martins – Museóloga
Cat Louise Ferreira Alves
Isla Sayara Silva dos Santos

Pesquisa e Edição
Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça
Núcleo de Gestão Museológica – NGMUS
Rede Equidade
Consultoria Legislativa - CONLEG

Realização
Diretoria-Geral
Núcleo de Gestão Museológica – NGMUS
Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça
Rede Equidade

Agradecimentos
Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF
Secretaria de Infraestrutura – SINFRA
Secretaria de Patrimônio – SPATR
Consultoria Legislativa – CONLEG
Câmara dos Deputados